

Para uma antropologia da notícia

Luiz Gonzaga Motta*

Resumo

O artigo apresenta uma abordagem antropológica das notícias fundamentada na produção de sentidos. Considera a notícia como um lugar de coexistência de ambigüidades culturais pelas presenças contraditórias do real e do imaginário, da história e da fantasia. Sugere a *narratologia* como metodologia adequada para a análise destas contradições e para a interpretação das notícias enquanto linguagem e processo de estimulação do imaginário nos leitores (leitor-implícito).

Palavras-chave: teoria da notícia, imaginário, teoria da recepção.

Resumen

El artículo presenta un abordaje antropológico de las noticias fundamentado en la producción de sentidos. Considera la noticia como un sitio de coexistencia de ambigüedades culturales por la presencia en ellas de lo real y de lo imaginario, de la historia y de la fantasía. Trata la narrativa como la metodología adecuada para el análisis de las contradicciones e para la interpretación de las noticias como lenguaje y como proceso de estimulación de lo imaginario de los lectores (el lector-implícito).

Palabras-clave: teoría de la noticia, imaginario, teoría de la recepción.

Abstract

This article presents an anthropological approach of news stories based on the production of meanings. It considers news stories as a place for coexistence of cultural ambiguities because of the simultaneous presence of reality and imaginativeness, of history and fantasy. The article suggests “narratives” as a methodology for the analysis of these contradictions and for the interpretation of news stories as a language and as a process which stimulates the readers’ imagination (the implied-reader).

Keywords: news theories, readers’ imagination, reception theories.

* Jornalista e professor da Universidade de Brasília (UnB), atualmente em pós-doutorado na Espanha.

E-mail: luizmotta@telefonica.net

*“Tout mythos comporte un logos latent qui demande á être exhibé. C’est pourquoi il n’y a pas de symbole sans un début d’interprétation; là où un homme revê, prophétise ou poétise, un autre se lève pour interpréter; l’interprétation appartient organiquement à la pensée symbolique et à son doublé sens.”***

Paul Ricoeur

Introdução e explicação

O artigo a seguir resume parcialmente as preocupações acadêmicas que têm orientado estudos recentes junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Trata da geração de sentidos pelo texto jornalístico, não apenas a partir do processo de enunciação da notícia enquanto linguagem, mas também toma em consideração a re-criação de sentidos pelo leitor do jornal, ouvinte ou telespectador dos noticiosos das emissoras de rádio e televisão. Predomina no artigo uma abordagem antropológica da notícia, um entendimento de que a notícia é um produto cultural cuja magnitude vai além do ato de informar, situando o indivíduo na complexa sociedade contemporânea. Para nós, as notícias assumem uma forma narrativa, uma contraditória narração logomítica da história contemporânea. Por um lado, são informativas (ainda que impregnadas de elementos das ideologias e dos imaginários de quem a produz). Por outro lado, essas mesmas notícias instigam a imaginação dos leitores-receptores, que trazem para o ato de leitura toda a memória cultural de que são portadores.¹

No artigo, verifica-se que a metodologia das pesquisas empíricas com uma abordagem antropológica da notícia ainda está em desenvolvimento. Fundamentalmente, consiste em uma análise literária adaptada à análise do texto da notícia, processo que pretendemos refinar gradualmente no decorrer dos próximos trabalhos. Essa metodologia parte do pressuposto que a série construída pela publicação ou divulgação das notícias sobre um mesmo assunto, dia após dia, pelos jornais ou emissoras compõe uma seqüência narrativa de significação

** Tradução: “Todo *mythos* possui um *logos* latente que demanda a sua exposição. É por isso que não existe símbolo sem o início da interpretação; onde um homem dança, faz profecias ou poesias, um outro se levanta para interpretar; organicamente, a interpretação faz parte do pensamento simbólico e do seu duplo sentido”. *Paul Ricoeur*

aberta, mas unitária, e busca identificar a sintaxe que tece essa narrativa através do jogo entre objetivação e subjetivação na linguagem jornalística. A metodologia inclui uma identificação preliminar da estratégia organizativa do texto da notícia (pragmática), um posterior exame do jogo entre objetivação e subjetivação no texto e de sua gramática narrativa e, finalmente, uma interpretação simbólica dos temas (análise temológica), das recorrências mitológicas e arquetípicas, dos padrões morais, ideológicos e estéticos.²

Antecedentes conceituais: jornalismo e *coincidentia oppositorum*

A discussão sobre a geração de sentidos pelo texto jornalístico não se esgota no debate sobre a questão da ideologia e da crítica à pretensa imparcialidade e neutralidade da linguagem da notícia, embora este assunto seja também pertinente. Não se trata apenas de demonstrar a impossibilidade da existência de um texto imparcial ou neutro de qualquer notícia, de denunciar o caráter conservador na seleção dos fatos, nem de denunciar a presença da ideologia escondida por trás dos sentidos explícitos. Esses problemas são relevantes em certas circunstâncias e foram reiterados por muitos estudos sérios. Mas a amplitude das notícias como sistema de construção de sentidos na contemporaneidade vai muito além da simples denúncia ideológica, muito além da necessidade de desmascarar os argumentos da objetividade.

O consumo de notícias veiculadas através dos jornais ou das emissoras de rádio e de televisão por uma grande parcela da população mundial é hoje um ato ritualístico que se repete diariamente, através do qual os indivíduos retomam regularmente o contato com a realidade caótica. Ler, ver ou ouvir notícias diariamente passou a fazer parte do ritmo moderno do mundo da vida e se incorporou à cotidianidade, se agregou ao ciclo cronológico do homem de hoje. Essa recorrência do hábito de tomar e retomar conhecimento do mundo através das notícias criou no homem contemporâneo um círculo cultural cuja intenção vai além da simples busca de sentido imediato, vai muito além da simples vontade de querer se informar sobre os fatos que ocorrem a cada dia. O ato de consumir notícias transformou-se num ato culturalmente importante porque se agregou ao ritmo do mundo da vida do homem moderno enquanto ato antropológicamente significativo, independentemente dos conteúdos veiculados e consumidos.

É claro que o conteúdo explícito das notícias importa. Mas importa menos pela absorção de seus significados imediatos e muito mais pelos sentidos culturais que disseminam. As notícias possibilitam a cada indivíduo se re-situar cotidianamente no mundo através das informações, o hábito de consumir notícias proporciona as reiteraões simbólicas necessárias à sedimentação de conteúdos que são contados e recontados diariamente. Estabelecem as fronteiras éticas e morais, as lições de vida que perpassam aquelas somente ideológicas. A recorrência regular de conteúdos (crimes, corrupção, julgamentos, punições, vitórias, derrotas, recompensas), cristalizados em conteúdos diversos, reforça as percepções de padrões culturais e de arquétipos no inconsciente coletivo. As notícias são uma forma de transmissão cultural, na qual o fundamento é a reiteração. As histórias são as mesmas, contadas e recontadas diariamente pelos jornais, revistas e telejornais. Essa atividade cíclica de consumo da notícia é re-ordenadora, como um sistema cultural. Enquanto sistema simbólico, as notícias contam histórias, delineiam as fronteiras do bem e do mal, do passado e do futuro, do feio e do bonito. Elas assumem a forma narrativa e invadem regularmente o terreno dos *mythos*. Interpretadas simbolicamente, as notícias se revelam como histórias, se mostram como fábulas da vida moderna. Em análise anterior, argumento que as notícias são obras abertas, sentidos inacabados que convidam o leitor a completar cooperativamente a sua significação, como na literatura. Mesmo aquelas notícias de significação restrita, mesmo aquelas que conseguem ser mais “objetivas” e conseguem despir-se de toda a fabulação, se consideradas como fragmentos de um conjunto maior de notícias, podem adquirir um sentido narrativo e, portanto, mítico, estimulando a fantasia, a imaginação, os desejos e as utopias dos leitores, ouvinte ou telespectadores. As notícias são pré-configuradas por categorias mitológicas e estão presas, como a literatura, por matrizes mitológicas que as conformam. É como se os jornalistas estivessem sempre à espera de acontecimentos que apenas vêm preencher os seus moldes ontológicos, formas que revelam os dramas e as tragédias da humanidade.³

Isto não quer dizer que as notícias sejam pura ficção inventada pelos jornalistas; nem que elas se configurem como um sistema mitológico. As notícias são um sistema simbólico singular porque nelas se misturam realidades e fantasias, nelas se confundem o real e o imaginário. Elas são *logos*, razão, fatos históricos; mas, ao mesmo tempo,

inspiram subjetividades que dotam os acontecimentos de sentidos do bem e do mal, de passado e de futuro, que estimulam desejos, fantasias e utopias. Pela sua natureza ritualística e enquanto sistema simbólico, as notícias têm um caráter de fábula, se aproximam de narrativas teológicas. Mas, na sua intencionalidade estratégica, elas não deixam de ser relatos plenos de verossimilhança, porque é a verossimilhança externa, esse compromisso com a história que lhes confere credibilidade para continuar contando e repetindo os temas arquetípicos, que lhes assegura a legitimidade para instalar-se como fonte das fábulas contemporâneas. Elas não constituem um corpo de sentidos elaborados e definitivos e só adquirem esses sentidos fabulares na imaginação dos leitores, telespectadores ou ouvintes. Realidade e fantasia se confundem nas notícias de jornal e dos telejornais, onde *logos* e *mythos* convivem contraditoriamente. Os jornalistas fazem rotineiramente um exercício para permanecer o mais próximo possível do referente empírico, um malabarismo lingüístico que lhes permita manter-se em um ponto mais próximo possível do grau zero de significação e relatar de forma fiel o mundo real. Por isso, o jornalismo seja, talvez, o último baluarte da epistemologia da “objetividade pura”, um princípio ao qual o repórter declaradamente precisa aderir para incorporar-se à profissão.⁴ Entretanto, isso não o isenta nem o isola do mundo da imaginação, da fábula, do *mythos* enfim.

O antropólogo catalão Lluís Duch contrapõe a essa epistemologia racionalista do jornalismo (mas não apenas do jornalismo) o argumento de que o mito é parte inalienável e indestrutível de nossas biografias mais íntimas, pois as nossas histórias são as nossas fabulações, nossas biografias contêm uma mescla muito difícil de se distinguir de elementos míticos e de elementos lógicos, o que é, no fundo, a demonstração de nossa natureza logo-mítica. A proposta é desenvolver parcialmente aqui o pensamento de Duch, que com palavras muito mais elegantes e competência muito maior, reforça e amplia os argumentos desenvolvidos. Para ele, não é suficiente um indivíduo ou uma sociedade inteira policiar a sua natureza mítica para refazer a sua forma expressiva. O universo mítico habita o reino do onírico, do implícito e costuma se fazer presente justamente no centro de nossa vida, ainda que de forma polissêmica, contraditória e suscetível de ser interpretado de formas diversas: “o mito possui uma natureza complexa, que responde à inevitável complexidade

e ambigüidade do ser humano. Por essa razão, por muito mais que se intente, nunca poderá ser liberado da problemática inerente à existência humana e à vida social. O mito chega a fazer-se atual em todas as épocas e em todos os espaços porque será incessantemente reinterpretado em função das novas variáveis que surgem nos trajetos vitais dos indivíduos e das coletividades”.⁵

A função do mito, diz Duch, não pode nunca ser substituída por uma “atitude histórica” qualquer. O que ocorre verdadeiramente é que, sempre, e em todo lugar, o ser humano se encontra submetido a novos processos de *remitificação*, intimamente vinculados às próprias peripécias biográficas às quais, com freqüência, dão lugar a situações inéditas que são muito difíceis de dominar conceitualmente: “o mito, o trabalho do mito, é algo onipresente, móvel e flexível na existência concreta dos indivíduos e dos povos; é, para resumir, uma exposição e um reflexo global e enciclopédico dos diversos problemas, facetas e aspectos da vida real”.⁶ Para ele, nossa biografia não é uma construção objetiva, fria, ascética. Ao contrário, trata-se de uma narração plena de modulações narrativas diversas, onde o desejo, as ilusões, os sonhos e a realidade se misturam em proposições quase sempre impossíveis de discernir: “Há uma inalienável dimensão mítica em todo ser humano justamente porque as possibilidades reais da existência humana permanecem sempre escondidas, são infinitamente superiores àquelas que se pode tematizar conceitualmente, perceber historicamente e experimentar em cada momento concreto”.⁷

Para Lluís Duch, a experiência humana imediata é assediada por um sem fim de princípios contrários entre si: forças, manifestações, tendências, obsessões difíceis de conciliar, que são *plasmações* do “caótico”, algo inerente à vida dos grupos e dos indivíduos. O mito realizou, e realiza ainda, a saudável função teodicéica de reconciliação entre os aspectos mais contrários da existência humana, reconciliação possível porque o ser humano dispõe estruturalmente do atributo da *miticidade*.⁸ A irrupção do mito, justamente no centro das épocas e sociedades que se auto-qualificam de ilustradas (anti-míticas), se deve à iniludível necessidade que tem o ser humano de regressar às fontes psicossomáticas mais profundas da sua experiência existencial. Como se pode comprovar nos dias atuais, principalmente nos espaços de defesa exacerbada do racionalismo (como na linguagem “objetiva” do

jornalismo), resulta inquietante a irrupção, às vezes de forma selvagem, de múltiplas tendências, movimentos e derivações, “daquilo que não poderia suceder”. Duch endossa a afirmação de P. Ricoeur de que o mito atende ao enigma da existência humana, a saber, a discordância entre a realidade fundamental (o estado de inocência, o estatuto de criatura, o ser essencial) e a modalidade atual do “homem culpado”. Os numerosos estudos atuais sobre esses fenômenos põem em relevo a crise atual da sociedade de mercado e as relações humanas tecnocômicas super-racionalizadas.⁹

Em função dessas considerações, ocorre a contradição entre a intenção e a realização. Ou seja, entre outras experiências humanas, a contradição entre a intenção explícita de um discurso objetivo e o seu resultado verdadeiro. Todo discurso humano, inclusive aquele que pretende uma destacada objetividade e neutralidade afetiva, é dirigido por vontades implícitas, por carências e interrogantes que têm muito pouco a ver com a materialidade gramatical do discurso lógico, continua Duch com palavras que se adequariam perfeitamente ao que temos dito sobre a linguagem do jornalismo. No explícito se esconde o não-dito.¹⁰ Por isso, diz ele, as pretendidas reduções do *mythos* ao *logos* correm sempre o perigo de *mitologização* do *logos*, ou seja, da conversão do discurso racional em seu contrário. Desde uma perspectiva da complementariedade entre *mythos* e *logos*, é preciso considerar o diálogo entre os dois, o diálogo da diferença, que inclui as ressonâncias e correspondências, e que permite desvelar o sentido oculto do mero fluir das aparências. Trata-se daquilo que a tradição designa como *coincidentia oppositorum*. Tanto o *mythos* se apresenta imiscuído no *logos* como este cobra sua presença no *mythos*. Existe, para completar a contradição, a presença do real no objeto simbólico, do mistério na forma.¹¹

Às vezes, o mito se ensaia em teologias, se estabelece em aparelhos lingüísticos ou axiológicos e constrói *establishments* religiosos, políticos e culturais. Intentos que poucas vezes têm êxito, porque o mito não consegue manter por muito tempo a sua “dignidade institucional”, logo se transforma em feroz competidor do *logos* e o transmuda não em mitologia, não no sentido de “dizer o *mythos*” e sim no de “explicar (racionalizar) o *mythos*”, o *logos* do *mythos*. É algo sobejamente comprovado, conclui Duch, que os sistemas filosóficos e políticos, assim como a *Palavra*, costumam dispersar-se em “palavras” supostamente “lógicas”, que abandonando o *contexto*

querem fixar-se quase obsessivamente em um *texto* que se apresenta presunçosamente como puro, intangível. Nestes momentos, a Palavra autêntica, criadora de vida e de sonhos se encontra no exílio. No entanto, o mito está lá, nos recônditos mais longínquos, mas no coração mesmo da realidade, nas profundidades da polifônica *palavra humana*.

O mito não pode morrer, argumenta Duch: “a morte do mito significaria a morte do homem. Nenhum neoliberalismo ascético e controlador conseguirá por um ponto final ao enigmático trajeto humano, à aventura mítica que é tão característica do pequeno bípede sobre esta terra. Crer que um neo-liberalismo qualquer poderia se converter no paraíso reencontrado equivale a uma imperdoável aberração espiritual que levaria a irreparáveis conseqüências para a saúde física, psíquica e espiritual do ser humano”.¹² A *palavra humana* se constitui na manifestação mais eloqüente do polifacetismo radical do ser humano, que se mostra de formas expressivas no âmbito do pensamento, da ação e dos sentimentos. Não se trata de uma manifestação caótica nem tampouco disciplinada e regular. Mais bem se pode entendê-la como expressão do *complexio oppositorum*, de uma harmônica e criadora disposição dos elementos que constituem a humanidade do homem, por mais opostos e excludentes que possam parecer à primeira vista. Neste sentido, a coordenação humanizadora entre a narratividade do *mythos* e a “logicidade” do *logos* deveria constituir o modelo por excelência da harmonia interna da humanidade do homem.¹³

Citando autores como W. Benjamim, G. Steiner, H. Weinrich e P. Ricoeur, Lluís Duch argumenta que, nos últimos tempos, a palavra humana se despoetizou, perdeu muito de sua força “sagrada”, perdeu esse “algo” que se situa mais além da lógica. Esse perigoso e dogmático reducionismo da palavra humana na sua forma narrativa tem muito a ver com a supressão do *mythos* na cultura ocidental e com a perda de qualidade da vida humana, pois não há dúvida que a qualidade de vida não pode desvincular-se de nossas narrativas. Como diz G. Steiner: “Por cima do plano vegetativo mínimo, nossas vidas dependem da capacidade de expressar a esperança, de confiar às orações condicionais e aos futuros os nossos sonhos ativos de mudança, de progresso e de liberação”.¹⁴ Esse “algo” não existe necessariamente em toda narrativa e, muitas vezes, guarda certa distância a respeito do narrado; narrar algo não equivale a experimentar automaticamente a sua sacralidade.

Na sua evolução histórica, as narrativas mitológicas adotam inúmeras dimensões: “As narrativas míticas podem realizar funções muito diversas; desde o relato destinado a pura distração até as narrativas com intenções catárticas e mobilizadoras, sem esquecer a articulação de uma série de desejos e sonhos irrealizáveis no centro de uma cotidianidade. Pode-se capturar a morfologia ou buscar a lógica interna do mito enquanto narração, como já o fizeram muitos autores (V. Propp, C. Levi-Strauss e outros). No entanto, sempre permanecerão as perguntas: que narrativas merecem ser chamadas mito? Que estilos narrativos se adaptam para receber o mito?”¹⁵

Notícia: o lugar da ambigüidade

Serão descartadas algumas implicações filosóficas importantes sobre o abandono da narrativa, a adesão à linguagem racionalista e as conseqüências dessa atitude para a decadência da qualidade de vida implícitas nas citações de Lluís Duch nos últimos parágrafos acima. Embora concorde integralmente com todas, levariam este artigo para rumos não pretendidos. As longas citações do antropólogo Lluís Duch foram utilizadas aqui porque fornecem o suporte conceitual para a análise das notícias dos jornais diários proposta.

O jornalismo é o último baluarte epistemológico da objetividade. Hoje, como antes, a linguagem dos jornais pretende ser imparcial, isenta de valores, aspira a *descrever fielmente o real*, não admitindo qualquer desvio para a ficcionalidade. É certo que, nos últimos anos, os jornalistas se convenceram que essa neutralidade frente à história, esse relato “de fora” do real é uma pretensão inatingível. Algumas concessões foram permitidas nos *fait divers* e algumas tendências recentes aproximaram o jornalismo de uma linguagem literária. Por exemplo, o *New Journalism*. Mas, elas são apenas toleradas e, em geral, confinadas a cadernos ou sessões especiais ou experimentais dos jornais. A perseguição à objetividade continua sendo a ortodoxia dominante nas redações, o axioma máximo da atividade profissional do jornalismo contemporâneo. O axioma da objetividade ainda é, de longe, o paradigma dominante do jornalismo mundial.¹⁶ Para os objetivos da reflexão em desenvolvimento vou ignorar as exceções literárias do jornalismo e contrapor à máxima da objetividade as subjetivações reiteradamente negadas.

O objetivo desta reflexão é explorar a contraditória convivência entre a objetividade e a subjetivação na linguagem das notícias de jornal. Com o apoio dos argumentos antropológicos apresentados acima, as notícias revelam com vigor essa contradição. São um reduto da racionalidade e da lógica, mas pela sua natureza como expressão dos dramas e tragédias humanas (*ethos* e *pathos*), não conseguem desvencilhar-se dos elementos míticos e do imaginário cultural. Corroborando os argumentos acima, é justamente na linguagem jornalística, um reduto exacerbado do racionalismo, que os fantasmas, as fantasias, os desejos e as ilusões do ser humano vêm habitar, como um *complexo oppositorum*. Ali, onde a intenção é expressar com rigor a realidade tal como ela é, sem ilusões, sem fantasias nem invenções, a presença do *mythos* converte subversivamente o discurso racional em seu contrário. No texto da reportagem não se dá, nem se dará nunca, o triunfo da objetividade nem tampouco a linguagem da notícia assumirá jamais a forma de um relato “puro”: nele se realiza continuamente, de forma expressiva, a *coincidência oppositorum* do jornalismo. Na contemporaneidade, o jornalismo é o lugar por excelência de realização da ambigüidade e da complexidade da experiência do ser humano.

É essa ambigüidade do caráter da notícia que nos interessa explorar. Se as notícias são, por um lado, o espelho da realidade ou registro objetivo da história, elas também são, por outro lado, cenários das tragédias modernas, relatos dos conflitos e dramas humanos, e contêm, portanto, sentidos subjetivos, estão carregadas de emoções e tensões. Verificar até onde as notícias conseguem restringir-se ao referente empírico e até onde elas se impregnam das sensibilidades e imaginários sociais são os objetivos de uma antropologia da notícia. Mais ainda, as notícias não contam as histórias na sua integralidade, elas são apenas “fragmentos” recolhidos do real. Tomamos aqui as notícias como obras abertas, relatos fragmentados da realidade que geram lacunas de significados, solicitando aos leitores a ação cooperativa de complementação de sentidos. São essas lacunas que uma abordagem antropológica da notícia precisa identificar, é a sintaxe implícita na construção de sentidos que precisa ser reconstruída e amplificada para completar a tarefa hermenêutica.

A metodologia apropriada para uma abordagem antropológica da notícia tal como apresentada aqui é a *narratologia*, como sugerem Mieke Bal, Tzvetan Todorov, Northrop Frye e outros autores. Para Bal, a *narratologia* é a teoria dos textos narrativos, que se define sobre um conjunto sistemático ou um segmento de textos narrativos.¹⁷ No caso do jornalismo, consideramos segmento narrativo um conjunto de notícias publicadas ou divulgadas dias ou semanas seguidas sobre um mesmo assunto. Qualquer um destes segmentos pode ser objeto de uma análise da narrativa. Individualmente, a maior parte das notícias não se adequa à análise narrativa (pela sua referencialidade, “objetividade”, seu caráter imediato, enxugamento lingüístico e fragmentação). O texto de uma notícia individual não se constitui em um texto narrativo (com a exceção de algumas notícias denominadas *soft news* ou *fait divers*, cuja estrutura interna narrativa já foi indicada por R. Barthes) e dificilmente poderia ser objeto de uma análise narrativa. Mas, tomadas em sua *serialidade*, isto é, como uma seqüência encadeada de fragmentos de sentido sobre um mesmo assunto, as notícias objetivas diárias (*hard news*) vão constituindo uma significação mais ampla e revelam uma sintaxe narrativa coerente. Por exemplo, uma única notícia sobre o naufrágio do submarino russo Kursk constitui-se apenas em um fragmento isolado do assunto. Entretanto, se as inúmeras notícias publicadas seqüencialmente sobre aquela tragédia são tomadas como um segmento de sentido unitário, o assunto adquire caráter de uma história com ações, personagens, conflitos e tensões, e caracterizam uma trama com princípio, meio e fim, como qualquer outra intriga narrativa ficcional. O assunto ganha então uma estrutura narrativa típica e se adequa perfeitamente à análise *narratológica*. Obviamente, ordenar os vários relatos desordenados sobre o assunto (incluindo os textos argumentativos, opiniões, etc.) e definir o *corpus* de análise constitui-se no primeiro momento metodológico do pesquisador e deve ser explicado e delimitado coerentemente.

Como procedimento sistemático, esta análise coloca o seu foco de atenção sobre os sentidos produzidos pela sintaxe narrativa. Enfoca a história, muito mais do que o discurso. Privilegia o enredo, ainda que sem prescindir do discurso. Parte, portanto, de pressupostos diferentes das análises semiológicas estruturalistas ou das análises do discurso. Centra-se no plano *diegético* mais no que no plano lingüístico, procurando configurações ou cargas afetivas onde deveria haver efetividade.

É no nível da história, do enredo da notícia, que buscamos encontrar a sintaxe narrativa. Os procedimentos procuram identificar como e onde se encadeiam as unidades semânticas ao longo do sintagma narrativo. Para isso, buscamos as ocorrências (ação, transformação, tempo, seqüência, personagem, entre outros) que articulam funcionalmente os sentidos da narrativa. Isto não significa que desprezamos os elementos e categorias de outras análises do texto ou do discurso, mas o foco se dirige para a intriga, para o enredo, para a *diegese*, em primeiro lugar.

Parte-se do pressuposto, como sugerem autores como Paul Ricoeur e outros, que os indivíduos estruturam sentidos em relatos narrativos, nos relatos que contam histórias, um “certo modo de conhecer” a realidade. Através da composição de fragmentos isolados, as pessoas estruturam sentidos buscando ordenar e dar coerência a estes fragmentos de significação de acordo com os seus modelos prévios, intuindo diferentes momentos temporais e estabelecendo ligações entre eles, buscando conclusões possíveis contidas em cada significação preliminar ou identificando começos implícitos em cada conclusão sugerida. A narrativa lê o tempo e ensina como lê-lo. Da mesma forma, é através de uma estruturação narrativa dos acontecimentos que os indivíduos estabelecem relações causais, combinando fatos como causas e efeitos na sucessão de temporalidades, ainda quando a cadeia de eventos não é cronológica. São estes pressupostos que orientam a análise *narratológica*.

O primeiro passo é identificar a estratégia organizativa do texto enquanto notícia, encontrar a atitude organizativa que prevê determinadas operações, as razões de se recorrer a certos instrumentos ou opções textuais para atingir aos seus objetivos. Sem dúvida, estamos aqui combinando elementos da pragmática comunicativa com a *narratologia*. A pragmática moderna, tal como ensinam seus fundadores J. Austin, J. Searle e outros, parte dos dados oferecidos pela gramática narrativa, mas toma logo em consideração elementos extralingüísticos que condicionam o uso da linguagem, considera as condições que determinam um enunciado concreto por parte de um sujeito falante em uma situação comunicativa determinada. Adquirem importância noções como emissor, destinatário, intenção comunicativa, identidades ou afinidades emissor-destinatário e outras. Esta etapa da análise é importante porque os enunciados dependem decisivamente dos fatores extralingüísticos do emissor e do destinatário. Conhecer o lugar de fala do emissor, o lugar de leitura do receptor e as

circunstâncias de tempo do ato comunicativo são imprescindíveis para a interpretação. Leva-se em conta aqui que as notícias são organizadas enquanto texto para produzir certas reações de sentido, o que lhes confere uma singularidade no processo comunicativo-jornalístico: seduzir, informar, convencer, reter. Os diversos enquadramentos da edição não são ocasionais, mas intencionais e obedecem a certos *frames*, certos moldes próprios do jornalismo profissional. Identificar “de onde ele fala”, sua posição de autoridade ou de diálogo no relato, se posiciona-se desde fora do evento ou como um autor que assume a sua criação textual, etc. Esse primeiro passo permite e exige uma investigação da posição em que o jornalista-autor se permite no jogo com o seu leitor potencial.

O segundo passo é a análise textual-narrativa propriamente dita, um movimento indutivo de mergulho nos elementos que constituem a sintaxe narrativa do texto, uma busca das pistas ou indícios de narratividade. Partindo do pressuposto de que todo texto, toda notícia, denota e conota buscar onde o texto se trai, onde desliza do objeto rumo à subjetivação. Essas pistas podem estar no uso de certos verbos ou certos tempos verbais, na adjetivação, na linguagem hiperbólica, descrição excessiva ou ornamental de detalhes, nas injunções, comparações, referências metafóricas, significados figurativos, nas digressões em torno de personagens, nas polaridades, analogias, etc. E, principalmente, na reconstrução de enredos, seqüências significativas, conexões entre episódios que sugerem a intervenção de mundos possíveis, os mundos dos textos com os mundos dos leitores. Com esta análise, o mundo físico e objetivo das notícias ganha novas cores, novas texturas, novas tonalidades.

Narratividade sugere ficcionalidade, implica em fabulação, no chamamento simbólico e leva ao terceiro passo da análise, aquela da interpretação mais liberada, mas sempre calçada nas etapas anteriores. Essa interpretação, a partir dos passos anteriores, procura encontrar os padrões imagéticos, temas morais predominantes, recorrências e ressonâncias, matrizes dos matizes éticos, estéticos e arquetípicos, a presença do *mythos*, enfim. Sem dúvida, aqui estamos complementando as etapas anteriores com a análise tematológica, uma terceira etapa. À análise pragmática e narratológica segue-se então a análise tematológica dedutiva, embora esta última etapa só deva ganhar dimensão em cada estudo quando os processos anteriores geraram elementos com riqueza tal que a solicite como um imperativo. Toda precaução aqui é necessária para não deixar o

analista cair nas deduções gratuitas e banais. Ao caber a análise tematólogica, os elementos anteriormente identificados tomam outra dimensão porque agora deixam de girar em torno do enredo para participar como coadjuvantes do tema principal, que unifica e amplia os detalhes menores. Surge então a alma da narrativa e uma gramática mais profunda revela uma articulação implícita de sentidos metafóricos, ideológicos e principalmente mitológicos. O que antes eram “ingênuas” notícias de conteúdos imediatos, se mostram agora plenas de sentido mitológicos, de desejos, ilusões, utopias. ¹⁸

Uma concepção de leitura e interpretação que se aproxima da proposta desenvolvida aqui é formulada por Wolfgang Iser na sua teoria da recepção. Segundo ele, ao ser lido, o texto aciona a imaginação do leitor, que reage aos estímulos recebidos, e dá vida àquilo que foi lido. Uma realidade virtual emerge, uma nova realidade, que não dispõe de nenhum equivalente no mundo empírico. A leitura seria então uma ocorrência que ultrapassaria todos os sistemas de referência existentes, não podendo ser subsumida sob a categoria do familiar, do já conhecido. Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, diz Iser, o próprio texto é pontuado

O crime passional, por exemplo, re-acontece frequentemente e é noticiado regularmente nas páginas dos jornais. Essa serialidade ou recorrência acionam a imaginação dos leitores dos jornais, requerendo deles a complementação de sentidos. A ausência de certas relações estimula a atividade *ideacional* do leitor, como diz Iser. Dessa forma, o leitor explicita o que não está expresso. O leitor reage não apenas às instruções dadas pelo texto, mas também aos resultados de sua própria atividade *ideacional*, sempre que se fizer necessária uma complementação. A descontinuidade dos segmentos textuais – na linguagem de Iser – desencadeia operações sintéticas na mente do leitor, porque as lacunas levam as concepções individuais elaboradas a colidir, impedindo assim a “boa continuidade”. O leitor tem então de reagir ao seu próprio correlato, podendo desse modo desligar-se de suas disposições habituais, disposições essas que afetam significativamente o processo de ideação. O leitor pode libertar-se temporariamente de tais disposições e criar idéias de outro modo inatingíveis. As lacunas constituem uma pré-condição fundamental da comunicação, porque intensificam essas atividades *ideacionais*. A leitura seria, então, mais um ato de criação, no sentido antropológico, que de recepção.¹⁹

Importante deixar claro, porém, uma diferença entre a pretensão desta proposta e aquela de Iser. Este autor procura livrar-se das determinações, chegar a um nível teórico de abstração tal que o permita superar a relação do texto com o contexto sócio-histórico em que foi gerado. Segundo Iser, essa procura insistente pela determinação, provocada especialmente pelo marxismo, reduziria a literatura (seu objeto de análise) a parecer apenas um reflexo especular dos processos sociais, diz o autor. Em uma crítica a Iser, diz G. Schwab que, se os textos trazem neles mesmos um modelo que direciona a reação dos leitores, então contêm igualmente um modelo implícito de contato cultural. Mesmo sem pretender discriminar modos históricos concretos e modos psicológicos de processar as estratégias que guiam a reação do leitor, esse “outro implícito”, diz Schwab, seria operante tanto no plano da negatividade do texto quanto no da alteridade interna do leitor. Na opinião dela, bastaria ampliar, nesta direção, o sistema teórico de referência adotado por Iser para obter o solo mais propício a uma interação dialógica entre a vertente humana e a vertente cultural da antropologia. Ela reconhece o esforço conceitual de Iser de ultrapassar os níveis de concretude e permanecer ao nível da

cognição pura, da reflexão estética, de nunca contentar-se com a inevitável temporalidade de um pensamento particular. Mas, ao propiciar espaços de transferência que favorecem encontros imaginários com a alteridade, a literatura promove nossa transformação de modo a nos inserir no mundo. Particularmente, prefiro este segundo caminho epistemológico, até porque o nosso objeto, a notícia de jornal, é diferente da literatura e nos remete permanentemente ao mundo histórico. Acredito que a etapa da análise pragmática proposta por nós como complementar, mas imprescindível à análise narratológica, supre a deficiência do vínculo texto-contexto porque remete necessariamente à relação narrador-destinatário, ao ambiente desta relação e às intencionalidades, embora reconhecemos que ainda haja um caminho metodológico a ser percorrido nesta direção.²⁰

Realidade e utopia nas notícias: conflitos e imaginários

Será apresentado brevemente, apenas para ilustrar os argumentos desenvolvidos acima, um projeto de análise sobre os conflitos presentes nos conteúdos das notícias como estimulador dos imaginários, utilizando a proposta conceitual e metodológica antes delineada.²¹ A apresentação da proposta, ainda que parcial, pode ajudar a explicitar ainda mais os argumentos desenvolvidos até aqui. A análise proposta em seguida pretende examinar o noticiário de alguns fatos intencionalmente escolhidos por divulgarem as contradições do processo de globalização brasileiro. Foi escolhido especialmente o noticiário de alguns fatos que expõem conflitos explícitos, onde realidade e imaginário se misturam na cobertura jornalística. O objetivo é verificar até onde a história se impõe através da força dos acontecimentos reais e até onde ela se confunde com as fantasias, ilusões e utopias que permeiam a realidade e ganham espaço no noticiário.

Alguns episódios recentes se prestam particularmente a essas observações, como se verá adiante. Antes de prosseguir, é preciso destacar, ainda que rapidamente aqui, que o conflito é tomado como o valor-notícia predominante. Parte-se da idéia de que notícia é fundamentalmente conflito, ruptura, interrupção do fluxo esperado de significações. O que torna uma certa ocorrência anormal, o que a torna algo extraordinário e a credencia a ganhar o estatuto de notícia, é a sua percepção como um sentido que surpreende, que salta fora dos fluxos esperados de significações dos nossos cotidianos rotineiros. Para ser notícia, algo tem que ser percebido

como um sentido extraordinário, como uma significação diferente dos nossos fluxos hegemônicos de sentido do mundo cotidiano da vida. Tomadas a partir do conflito, as notícias oferecem igualmente a matéria prima para a análise da narrativa, cuja essência está igualmente no conflito. Não há narrativa sem conflito, sem enfrentamento, sem rompimento e tensões. É a identificação do conflito que permite revelar os atores, protagonistas e antagonistas, suas ações e reações, os equilíbrios e desequilíbrios, os episódios e a seqüência que estrutura a gramática narrativa. Partir do conflito tem, assim, uma dupla conseqüência metodológica.

Tomamos alguns assuntos que estiveram presentes nos noticiários recentes dos jornais e emissoras de rádio e televisão no Brasil, e que ocasionalmente retornam, embora alguns tenham o seu ciclo aparentemente concluído. Os temas são os seguintes: 1) a cobertura pelos jornais e revistas nacionais de informação geral dos movimentos e ações de protestos contra a globalização que recontecem periodicamente em diversos países; 2) a cobertura pelos jornais e revistas do enfrentamento econômico entre o Brasil e o Canadá, episódio que ficou conhecido como a Guerra da Vaca Louca; 3) a cobertura dos jornais e revistas brasileiros sobre as negociações econômicas do Brasil com o FMI (novos empréstimos, negociação da dívida, etc.); 4) a cobertura pelos jornais e revistas de informação brasileiros do movimento zapatista no México e o seu enfrentamento com as autoridades mexicanas e com os interesses internacionais. As notícias publicadas nos jornais brasileiros sobre estes episódios constituem o *corpus* de análise da pesquisa. Estas notícias foram selecionadas e copiadas para manuseio e análise, constituindo-se no *corpus* da pesquisa.

O ponto de partida é a crença de que, além de relatar fatos concretos (os acontecimentos relacionados às experiências reais dos indivíduos e grupos), estas notícias trazem também sentidos simbólicos de alcance para muito além da pura informação. No caso das notícias em exame, além de relatar as nuances dos eventos concretos sobre a guerra econômica entre o Brasil e o Canadá ou sobre protestos anti-globalização, as notícias organizam um sentimento genérico de nacionalidade, estimulam a afirmação de uma identidade, um sentimento de pertencimento emocional e de afirmação perante “o outro”. Ao noticiar os acontecimentos com os quais se envolveram os manifestantes contra a globalização ou a rebeldia regionalista dos zapatistas (representantes de uma “outra” latino-

americanidade), as notícias sugerem igualmente um sentimento genérico de nacionalismo identitário oposto à unificação globalizadora. Parece ressurgir, ainda que esporádica ou dispersivamente, a afirmação de uma nacionalidade nossa, outra, diferente. Isto se dá, entretanto, dentro dos marcos da estratégia comunicativa jornalística, com as regras de concorrência e de mercado, com a valorização de certos episódios mais performáticos, mais exóticos, e a omissão intencional de outros. Por exemplo, a vaca levada para frente da Embaixada do Canadá em Brasília teve um destaque maior que os detalhes da disputa econômica entre os dois países porque é mais performático, mais extraordinário, mais midiático. Essas exaltações do pitoresco parecem ter um efeito ainda mais reafirmador da excentricidade do comportamento nacional, como uma comédia permanente. No conjunto, porém, supomos que o noticiário exala um vago, mas perceptível movimento de afirmação de uma coletividade que mantém ilusões, desejos e utopias nacionais, ainda que cada vez mais diluídas na geléia geral da uniformização global.

É preciso mencionar que ambicionamos com a análise contemplar dois tempos históricos numa só análise englobadora, tanto do tempo histórico concreto, onde a ideologia poderia ser uma categoria conveniente para reunir as representações de grupos e classes em conflito, como também uma categoria mais totalizadora como a mitologia poderia dar conta das expressões predominantemente simbólicas. Nos imaginários em conflito, especialmente nas ilusões e nas utopias coletivas, estão contemplados tanto o presente histórico como o presente imaginado. Como chama a atenção G. Durand, o homem tem consciência de uma realidade presente e de uma realidade “ausente”, de um tempo presente e de um tempo imaginado, vive e representa ambos. No relato dos fatos históricos selecionados para esta análise aparecem com realce tanto um como outro tempo. É isso que queríamos salientar acima, ao dizer que as notícias sobre os acontecimentos antiglobalização, notícias sobre o enfrentamento entre o exótico e o outro moderno, exala uma utopia recuperada historicamente, um sentimento de brasilidade, de latino-americanidade vago e diluído, porém ainda presente. Importante citar uma frase de G. Durand no seu esforço para trazer as inter-relações entre o consciente e o inconsciente, que ilustra o raciocínio: “O símbolo, em seu dinamismo instaurativo na busca de sentido, constitui o modelo mesmo de mediação entre o eterno e o temporal”.²²

Não concordamos com muitas das idéias que sustentam o pensamento de G. Durand, mas é interessante a sua proposta de bacia semântica para uma compreensão final da análise aqui proposta. Ela pode ser um instrumento intelectual interessante para organizar a compreensão da dinâmica cultural dos fluxos dos imaginários. Durand entende que as mudanças na história ocorrem através de eventos curtos mais ou menos isolados, outros de duração periódica média e mais homogêneos e aqueles que duram tempos mais longos. Para o autor, podemos identificar com certa nitidez ciclos econômicos por um lado, e conteúdos semânticos (motivos pictóricos, temas literários, figuras míticas predominantes) que marcam estilos de uma época. Para situar esses movimentos, Durand utiliza a metáfora da bacia fluvial, um conceito semelhante ao curso de um rio e o fluxo dos seus afluentes, assim como uma dinâmica sócio-cultural é formada por diversas influências e por um curso principal. Para o autor, a vantagem do uso da metáfora é que ela ajudaria a integrar evoluções do imaginário de uma região, seus estilos, estéticas, mitos condutores, utopias, sua moral, motivos pictóricos, modas, temáticas literárias, suas tradições orais. Adaptadas às nossas circunstâncias, a metáfora pode ser útil para entender os fluxos maiores assim como os fluxos menores ou regionais.²³

A dinâmica cultural latino-americana, e a brasileira em particular, é pujante, prolixa e contraditória. Nos 500 anos de ocupação desde a chegada de navegantes europeus se construiu nesta parte do planeta uma cultura de repressão e luta, de ilusão e desconfiança, de alegrias espontâneas e dores profundas, de submissão e resistência, de apatia e de utopias. Toda a imposição de visões hegemônicas, todo catolicismo, toda técnica toda transnacionalização, entretanto, não foram suficientes para padronizar os diversificados imaginários e conter a barbárie. Isto não quer dizer que não esteja ocorrendo aqui a padronização pelo mercado. Como alhures, somos parte da ocidentalização agressiva do mundo. Nas palavras de Castoriadis, “civilizações fundadas na consciência coletiva do grupo, da tribo, da casta, foram varridas ao contato com o homem ocidental”.²⁴ Mas, o processo não é irreversível nem é absoluto. Na medida em que persistem as contradições – e elas existirão sempre no capitalismo, já o demonstrou Marx – persistirão igualmente as formas de resistência e as utopias libertárias. Se procurarmos nestas resistências e utopias algumas representações próximas à metáfora de G. Durand,

vamos encontrá-las de formas dispersas nas metáforas das nascentes, escoamentos e junções “fluviais”. Como, por exemplo, no modernismo antropofágico da Semana de 22 no Brasil, um escoamento precursor que devora os migrantes europeus para fazer deles brasileiros, que coloca em primeiro plano uma estética indigenista tupi-guarani, transcende a estética e funda uma sociologia, um pensamento e uma literatura “autenticamente brasileira.” Ele se prolonga de forma mais ou menos continuada em estéticas e temáticas nacionais pelas décadas seguintes até chegar ao tropicalismo dos anos 60 e 70. Como diz Durand, é preciso que um certo fluxo imaginário dure algumas gerações para consolidar-se enquanto uma bacia semântica significativa.

Tropicalismo pode ser o nome do rio, porque tanto a Semana de 22 representa uma ruptura do pensamento e da estética brasileira com a européia como o tropicalismo posterior pode ser entendido como um movimento de busca de uma identidade cultural nacional que inclui o exótico, o tropical e o brega como algo nosso, rompendo com os modelos estéticos formalistas estrangeiros. Dentro da latino-americanidade o imaginário brasileiro se situa, assim, nos limites do real e da imaginação, do histórico e do onírico. É essa ambigüidade, essa *coincidentia oppositorum*, que nos fica ao lermos diariamente o noticiário dos jornais sobre os acontecimentos do continente latino-americano. Não porque a busca de explicação de todos esses acontecimentos nos remeta necessariamente ao sobrenatural, mas porque uma grande parte deles só pode ser entendido na sua inteireza se consideramos com a devida seriedade analítica os aspectos relativos à sua elevação para níveis além do real específico, para um nível supra-real, às vezes mágico, às vezes insólito. Nenhuma cobertura jornalística dos fatos que queremos analisar se explica apenas pelo histórico-racional, nenhum deles aconteceria como aconteceu nem alcançaria a repercussão que tiveram nas páginas de jornais apenas por causa das relações materiais envolvidas. Todos contêm elementos que transcendem a um plano supranatural, todos possuem um nível simbólico, místico, mítico, utópico. Assim, as nossas notícias são a nossa realidade insólita.

O presente momento de globalização do mercado mundial traz para as páginas dos jornais as contradições inerentes a este processo. Na América Latina, e no Brasil em particular, a globalização é um processo marcado pela contradição. Por um lado, integrou vastos segmentos da população no mercado internacional. Por outro, expulsou um grande

número de pessoas do mercado de trabalho, forçando-as a exercer atividades urbanas provisórias, o semi-emprego marginal. Enormes contingentes de pobres, desqualificados para um mercado cada vez mais competitivo, foram colocados à margem do mercado de trabalho e de consumo, vivendo uma cultura de sobrevivência no campo ou uma cultura marginal urbana nas grandes cidades. O resultado mais dramático é a brutal concentração de renda. No Brasil, o país mais populoso da região, os 10% mais ricos detêm 55% da riqueza nacional enquanto os 20% mais pobres têm apenas 2% desta mesma renda. Essa concentração continua aumentando: em 1999, aqueles que estavam entre o 1% mais rico detinham 14% da renda do país, enquanto os 50% mais pobres apenas 13.5%. Essas gritantes diferenças, agregadas a outras variáveis, revelam uma região cheia de contrastes e uma convivência contemporânea de diferentes modos de produção. Convivem lado a lado sociedades tribais anteriores à idade da pedra, tribos indígenas nômades, camponeses em regime de agricultura de sobrevivência, grandes latifúndios de exploração quase feudal da terra, enormes massas suburbanas desempregadas, classes médias emergentes com diferentes graus de integração no mercado e classes abastadas com padrão de vida internacionalizado. Nenhum outro continente é tão paradoxal.

Essa diversidade socio-antropológica produz contrastes e aberrações que estão explícitos nas notícias das páginas dos diários ou das imagens dos telejornais. Por um lado, vemos refletir-se um padrão de vida burguês internacionalizado, expressões de uma sociedade de consumo plena, padrões de vida internacionalizada, comportamentos “modernos” e vanguardas pós-modernas. Vemos diversas expressões de cultura contemporânea mundializada, popular ou erudita. É como se o país já estivesse vivendo plenamente os padrões de vida dos países pós-industriais. Por outro lado, vemos expressões culturais semibárbaras, a miséria, a fome, o desespero, a tragédia humana, a violência rude, o exótico, o estranho, o inexplicável, o grotesco, expressões de nossa selvagem exclusão social, da miséria, de grupos marginais e da permanência entre nós de uma moral individualista, egoísta e oportunista.

Convivem em nossa realidade e emanam dos nossos noticiários, a casa grande e a senzala, o autoritarismo paternalista e a resistência conformista, o populismo e as revoltas desordenadas das massas, o oportunismo, a resignação e a apatia. Lemos, vemos e ouvimos

afirmações de uma nacionalidade pouco constituída, que se mistura a um imaginário popular utópico, mas difuso. Somos o continente da contradição e dos paradoxos, onde convivem civilização e barbárie, o rural e o cosmopolita, o local e o global, o ciber e o arcaico. Surgem aqui e ali vestígios de utopias revolucionárias difusas, manifestações nacionalistas periódicas que convivem com um noticiário retrato da apatia e da resignação. As notícias diárias dos nossos jornais e telejornais são hoje a expressão mais forte de nossas contradições. Significativamente, porém, numa época de perda dos sentimentos nacionais, de falência do estado-nação, da imposição de um capitalismo internacional unificador, parece eclodir, ainda que esporádica e timidamente, alguns orgulhos mais profundos de nacionalidade e de afirmação de brasilidade.

Os imaginários latino-americano e brasileiro se situam entre os limites do real e do fantástico, da história e da imaginação, da vida e do onírico, do dia e da noite, do masculino e do feminino. A própria realidade parece às vezes ultrapassar a razão ao apresentar-se como insólita e incrível. Nas palavras de J. L. Borges, “a realidade se confunde com o sonho. Melhor dizendo, o real era uma virtualidade do sonho”. Ou na frase de A. Carpentier: “Quanto mais um acontecimento lhe parecerá inverossímil, mais você poderá ter certeza que ele é exato”. Ou ainda em Guimarães Rosa: “O que nunca se viu, aqui se vê”. Ou ainda em Garcia Márquez: “o descomedimento faz parte da nossa realidade”. Na América Latina, a realidade das paisagens e dos homens parece ser mais extravagante do que em qualquer outro lugar. O luxo é mais ostentado, a riqueza e a pobreza são mais distantes. O absurdo, o paradoxo e o incrível estão no coração do continente, mas também da história que evoluiu desse impulso, quer dizer, no registro do excesso e da extravagância, ao qual se virá juntar um elemento novo, o grotesco: “compreendemos que nessas condições o surrealismo iria encontrar na América Latina o seu continente predileto”.²⁵

No entanto, alguns autores dizem ser próprio da nossa realidade uma característica lúdica revolucionária, uma liberdade selvagem, uma rusticidade paradoxal. Laplantine e Trindade, por exemplo, argumentam que as nossas manifestações surrealistas são mais autênticas do que aquelas do surrealismo europeu porque mais radicais e próximas do real exótico. Para eles os modernistas brasileiros

pertencem à mesma família do surrealismo na sua radicalidade de querer mudar as relações entre a arte e o real, a imaginação e a razão, na sua vontade de atingir uma surrealidade, este ponto de espírito no qual a vida e a morte, o real e o imaginário deixam de ser percebidos contraditoriamente. E assim fazendo, mudar o mundo. Mas, nesse intento, os brasileiros vão mais longe porque, na sua radicalidade de restituir os direitos do imaginário, o fazem com mais liberdade e aptidão. Assim, os modernistas brasileiros substituem a lógica francesa pelo instinto, o metafísico pelo concreto, a composição pelo grito, o pensamento pelo corpo, os sentimentos pela sensação.²⁶

Devido a esse lastro cultural-histórico, a nossa inserção no processo de globalização contemporâneo não poderia ocorrer sem ser simultaneamente submissa e afirmadora de nacionalismos decadentes, experiências que as nossas notícias revelam com episódios tragicômicos. Ainda não tínhamos consolidado no nosso imaginário o conceito de nação soberana e já somos integrados atabalhoadamente no mundo globalizado. O noticiário de episódios como a Guerra da Vaca Louca entre o Brasil e o Canadá estimula um imaginário libertário nacionalista, ao mesmo tempo em que sugere sensações de submissão e dependência. Por alguns momentos esquecemos as mazelas e misérias para nos imaginar soberanos frente aos tigres internacionais, mas logo regressamos ao nosso complexo de inferioridade. A sociedade civil nacional mal dá conta de suas contradições internas e ensaia passos de autonomia, embora as hegemonias se situem em centros distantes de nossos interesses “nacionais”.

Se a nossa realidade é assim contraditória, nada se ajusta melhor às exigências do jornalismo. Segundo os cânones da profissão, acontecimento jornalístico é tudo aquilo que rompe com a continuidade das coisas, com a regularidade dos fatos. Se o jornalismo é, então, o espelho da imprevisibilidade, da excepcionalidade, então a nossa realidade é uma notícia permanente, é uma notícia explícita. Aqui, o cão morde o homem todo dia. Aqui, os excessos, as falhas e as inversões são permanentes, são as normas. As aberrações da natureza e dos homens são parte da nossa normalidade tropical tupiniquim. A miséria, a exploração, a lei da vantagem, a ilusão, o inexplicável, a corrupção, o desleixo, a morte, os crimes, o exótico, a fome, os acidentes, o grotesco não são a excepcionalidade, são as regras. A história é a anti-história.

Aqui, a notícia não é o negativo da racionalidade, é a racionalidade negativa permanente, portanto, real. Nas páginas dos jornais, essas inversões corriqueiras são a nossa meta-realidade imaginária. É essa realidade real-surrealista que se apresenta todos os dias nas páginas dos nossos jornais. ²⁷

Acredito, porém, que o que emana dos textos das notícias é mais uma realidade fantasiosa do que uma surrealidade. Ou seja, o fantástico parece ser uma categoria mais apropriada para a percepção das incoerências e excentricidades reveladas pela mídia noticiosa. O surrealismo enquanto movimento intelectual faz uma opção explícita pelos impulsos interiores, pelo sonho, pelas fantasias desenfreadas da imaginação para fora da realidade objetiva e pode ser uma categoria útil para a análise da estética. Mas, quando nos confrontamos com a realidade histórica, como é o caso das notícias de jornal, o fantástico seja talvez mais apropriado porque não se deixa levar totalmente pela fantasia, ele reside na hesitação entre a realidade e a ilusão. Nas palavras de T. Todorov, o fantástico implica na existência de um acontecimento estranho que provoca uma hesitação no leitor. Mas, o mundo do fantástico é o espaço entre a existência de nossa banal e familiar realidade cotidiana e a ocorrência de fatos extraordinários que não podemos explicar, acontecimentos que somos induzidos a pensá-los como ilusórios, como produtos da imaginação, ou como parte integrante de uma realidade que não podemos compreender totalmente pois sua lógica integral se nos escapa. É esta incredulidade, esta dúvida ente o real e a fantasia que conforma o fantástico. Ele ocupa o terreno da incerteza. Ele recusa a explicação puramente lógica e racional dos fatos, mantendo uma possibilidade de interpretação sobrenatural, mas não embarca tampouco nesta aparente explicação onírica, pois saíria do fantástico para entrar na instância do irreal, da fantasia, do conto. O que não é o caso do jornalismo. ²⁸

Há trinta anos, Muniz Sodré chamava a atenção deste aspecto da dinâmica cultural brasileira em um pequeno livro ainda hoje importante na nossa literatura sobre a indústria cultural no país. Segundo ele, a cultura brasileira foi marcada desde as suas origens afro-indiano-portuguesa por uma escatologia naturalista não muito coerente, mas que influenciou decisivamente na imaginação coletiva. As deformações físicas, por exemplo, geraram monstros como o lobisomem, o mão-de-cabelo, etc. O filho que

renega os pais vira mula sem cabeça, e assim por diante. O fascínio pelo extraordinário, pela aberração é evidente nos programas de variedade na televisão (uma afirmação atualíssima hoje). O grotesco (o fabuloso, o aberrante, o macabro, o demente, enfim, tudo que à primeira vista se localiza numa ordem inacessível à normalidade humana), para Muniz Sodré, seria a categoria mais apropriada para a apreensão estética da cultura de massa nacional. Em contraste com a sofisticação da modernidade, apareceriam novas categorias do grotesco como a miséria, a fome, etc. Em resumo, diz ele, o grotesco é o mundo distanciado, daí a sua afinização com o estranho e o exótico. A “estranheza” do grotesco o coloca perto do cômico ou do caricatural, mas também do *kitsch*, do cafona, do brega, do *breganejo*, vocabulário tão identificado hoje com a cultura suburbana das massas excluídas ou semi-incluídas da periferia das grandes cidades brasileiras.²⁹

Acrescente-se a essa permanente excepcionalidade histórica apreendida jornalisticamente uma *performatividade* natural e historicamente presente em nossa realidade, já identificada pelo termo naturalista utilizado por Muniz Sodré na citação acima, igualmente explorada pela nossa indústria cultural. Nossa realidade é muito explícita, voltada para fora, para a rua, exteriorizada. Afinal, somos um país tropical, onde a nudez, por exemplo, é muito mais tolerada. Quase tudo acontece às claras, à vista, com menos ocultamento do que em outras geografias. As nossas autoridades, os nossos políticos, a nossa vida privada, o nosso cotidiano parecem um grande teatro aberto, onde todos desempenhamos as nossas interpretações. Por isso, a característica da *performatividade*, típica da pós-modernidade dos países que alcançaram o estágio da pós-industrialização, encontrou na nossa tropicalidade um cenário perfeito. Basta ver a quantidade de colunas sociais, colunas de notas políticas, colunas de todo o tipo que grassam no jornalismo brasileiro. Gostamos de saber o que está escondido, o que está por trás das cenas, amamos a fofoca, o mexerico, o tornar público aquilo que deveria ser privado. O que em outros lugares pertence à esfera da intimidade, aqui se torna naturalmente público. O real parece um livro aberto e um grande jogo de cena.³⁰

Por isso, proliferam os meta-acontecimentos de que nos fala A. Rodrigues, aqueles atos simulados segundo a ordem simbólica da representação cênica para a mídia, São meta-realidades porque não são realidades que irrompem acidentalmente com a ordem esperada, mas sim provocam essa excepcionalidade com a intenção explícita de

ganharem a mídia, de ganharem a visibilidade e assim se instituírem enquanto acontecimento real-midiáticos. A mídia, ao narrar esses meta-acontecimentos, produz novos acontecimentos, novas realidades virtuais que se somam à realidade esperada ou à realidade dos acontecimentos puramente acidentais. Ao veicular esses meta-acontecimentos, a mídia os amplia e confere a eles uma notoriedade que eles não teriam sem ela. Pelo simples fato de existir, a mídia elimina o natural e o espontâneo, transforma a realidade toda em um grande espetáculo. As técnicas teatrais contaminam os comportamentos pessoais, a educação, a religião, a política, tudo se transformou numa performance e a realidade passa a ser uma grande encenação, uma realidade virtual ou uma pós-realidade.³¹

Numa feliz expressão o antropólogo Lluís Duch mostra que o mítico e o lógico pertencem ao equipamento do ser humano, da mesma maneira que lhe é própria a sua capacidade falante. Mas a palavra, que alcança tudo e que diferenciadamente se dá a conhecer em forma de mitos e de lógicas, se articula nas formas históricas que estão submetidas à contingência e à ambigüidade, atributos básicos de todos os seres humanos. A reabilitação da imagem, por um lado, – complementa Duch – e dos conceitos, por outro, é algo imprescindível para que o homem seja crítico, capaz de buscar critérios adequados com a ajuda de todas as expressões que estão ao seu alcance, tanto do *mythos* como do *logos*. O jogo de complementaridade edificado por meio do *mythos* e do *logos*, apesar de suas supostas irredutibilidades, permite uma expressão integrada e integradora do polifacetismo humano. Com a complementaridade entre o discurso do mito e o discurso lógico, evita-se a redução à afetividade, às imagens

Notas

¹ Quando utilizamos aqui o termo “leitura” estamos nos referindo a todo e qualquer processo de recepção, ainda que de mensagens audio-visuais.

² Oriente junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) dissertações e teses e projetos do PIBIC sobre temas semelhantes e complementares em busca da construção do que tem sido denominada “uma antropologia da notícia”. O presente artigo, conforme indica o título, faz parte de um projeto maior denominado Teoria da Notícia – Realidade e Ficção, que se desenvolve atualmente dentro da linha de pesquisa Estudos de Jornalismo, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB.

³ MOTTA, Luiz Gonzaga. A Notícia como Narrativa Mitológica. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, agosto de 2001 (Relatório Técnico apresentado ao CNPq). Os argumentos desenvolvidos aqui estão apresentados especialmente na introdução e conclusão desse documento.

⁴ MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997. O capítulo 1 relaciona 49 normas internas de redação que na sua quase totalidade ensinam o jornalista a escrever num estilo simples, curto, preciso, explícito, impessoal, na ordem direta, sem rebuscamentos nem uso de valores ou generalizações, produzindo assim um texto supostamente imparcial, neutro, objetivo.

⁵ DUCH, Lluís. *Mito, Interpretación y Cultura*. Barcelona: Herder, p. 27.

⁶ Ibid, p. 28. Na última sentença, está citando a GULIAN, C.I. *Msmomário*. Frankfurt, 1981.

⁷ Ibid, pá. 28.

⁸ Duch utiliza a definição de miticidade de W. Dupré (*Religion in Primitive Cultures*. Paris: Mouton, 1975): *miticidade* é a verdade primeva do homem enquanto pessoa. Isto é, como ser constitutivamente relacionado à vida comum e a si próprio.

⁹ DUCH, op. cit., p. 33-36.

¹⁰ Duch afirma em um trecho ilustrativo que a palavra nunca é aquilo que diz ser: “A palavra, como é de manifesto, oculta muito mais que confessa explicitamente, desfigura muito mais que define, separa muito mais que une, insinua muito mais que determina. Os implícitos, muito mais que os explícitos, os ‘quer dizer’ mais que o ‘dizer objetivado’, as alusões mais que as constatações rotundas, constituem os âmbitos mais fecundos, mas ao mesmo tempo mais difíceis de transitar da linguagem humana”. Citando G. Steiner, diz ele que o terreno que media entre quem fala e quem escuta é instável, semeado de armadilhas e povoado de espelhos. Não há dúvida, conclui: onde mais claramente se manifesta a radical ambigüidade humana é na atividade mais típica do ser humano, a fala. (DUCH, op. cit., p. 478).

¹¹ Com uma abordagem ligeiramente diferente de L. Duch, o termo *coincidentia oppositorum* é discutido com profundidade e encanto pelo antropólogo e escritor romeno Mircea Eliade (1907-1986) em seu capítulo sobre o mistério da totalidade, no livro *Mefistófeles e o Andrógino* (São Paulo: Martins Fontes, 1999). Eliade, por sua vez, toma o termo de

Nicolas de Cuca, para quem *coincidentia oppositorum* (a união dos contrários) era a definição menos imperfeita de Deus.

¹² DUCH, op. cit. p. 43.

¹³ DUCH, op. cit. p. 172/3.

¹⁴ STEINER, G.: *Presencias Reales*. Barcelona: Ed. Destino, 1991, p. 75 (citado por Duch, op. cit., p. 177).

¹⁵ DUCH, ibid, p. 180, citando neste trecho a F. Stolz.

¹⁶ Não ignoro nem nego a importância das tentativas frequentes de aproximação entre o jornalismo e a literatura na reportagem. Apenas passo rapidamente por esse assunto porque não é intenção explorar a questão. Albert Chillon fez um excelente e exaustivo estudo das relações promíscuas entre jornalismo e literatura nos Estados Unidos, Europa e América Latina em *Literatura y Periodismo* (Barcelona: Aldea Global, 1999). Recomendo a sua leitura para quem quiser se aprofundar no assunto. Para os objetivos, aqui, é importante enfatizar que o *New Journalism* norte-americano, tanto quanto o novo jornalismo europeu ou o latino-americano, permaneceu confinado às sessões de *features*, *soft news*, *fait divers*, aos cadernos literários, especiais ou experimentais e à imprensa underground. Por maior influência que possa ter tido sobre o estilo da reportagem, continua prevalecendo nos grandes jornais e nas agências de notícia influentes a ortodoxia da objetividade.

¹⁷ Bal, Mieke. *Teoría de la Narrativa*. Madrid: Cátedra, 2001.

¹⁸ Uma descrição mais detalhada desses procedimentos e exemplos empíricos e de sua utilização sobre textos de notícias de jornal podem ser encontrados no texto de minha autoria, A Notícia como Narrativa Mitológica, Relatório Técnico CNPq/FAC/UnB, agosto de 2001, acima mencionado. Advertimos, entretanto, que todos estes procedimentos estão ainda sendo refinados e exigindo melhor acabamento.

¹⁹ Iser, Wolfgang. *O Ato de Leitura* (Vol 1 e 2) São Paulo: Editora 34, 1999.

²⁰ Ver a esse respeito os ilustrativos debates de um colóquio realizado no Rio de Janeiro em 1996 com a presença de W. Iser, onde se processaram sucessivas discussões corroborando ou contrapondo as idéias deste autor. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *Teoria da Ficção – Indagações sobre a Obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

²¹ O estudo está sendo desenvolvido pelo autor junto com alguns alunos de graduação, através do PIBIC/CNPq, e através de algumas dissertações de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

²² Durand, Gilbert. *Mito, Símbolo e Mitologia*. Lisboa: Presença, 1982, p. 129.

²³ Durand, Gilbert. *O Imaginário*. São Paulo: Difel, 1999.

²⁴ Castoriadis, C. In: LATOUCHE, Serge. *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 27.

²⁵ Esses argumentos e citações estão em LAPLANTINE, V. e TRINDADE, L. *O Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 58-66.

²⁶ LAPLANTINE e TRINDADE, op. cit.

²⁷ Os argumentos desenvolvidos neste parágrafo estão baseados na discussão sobre o acontecimento jornalístico apresentada por Adriano Rodrigues. In: Nelson Traquina. *Jornalismo – Questões, Teorias, Estórias*. Lisboa: Ed. Vega, 1993, p. 19-33.

²⁸ Ver Tzvetan Todorov, *As Estruturas Narrativas*, Perspectiva: São Paulo, p. 147-166.

²⁹ SODRÉ, Muniz. *A Comunicação do Grotesco*. Petrópolis: Vozes, 1972. Para Muniz Sodré, o grotesco no Brasil é posto a serviço de um sistema que pretende ser a compensação para a angústia do indivíduo dos grandes agrupamentos urbanos. Cada organização das relações de produção engendra uma atmosfera psicossocial própria que se destina a perpetuar o seu tipo específico de relações humanas. No caso brasileiro, ela é o espelho que reflete o *ide* e os demônios das nossas estruturas. É o espelho em que a sociedade se olha e se oferece como espetáculo. Recentemente, Muniz Sodré e Raquel Paiva lançaram novo livro onde desenvolvem a categoria do grotesco que, infelizmente, não tivemos tempo de examinar.

³⁰ O livro *Imprensa e Poder* (Brasília: Editora UnB, 2002), por mim organizado, traz quatro capítulos que analisam o jornalismo de coluna, um gênero que só no Brasil existe, tem importância e influência.

³¹ RODRIGUES, op. cit.

³² DUCH, op. cit., p. 17.

Referências bibliográficas

AUSTIN, John L. *Cómo Hacer Cosas con Palabras*, Paidós, Barcelona, 1982

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*, Enciclopédia Einard, Vol 5, Imp. Nacional, Lisboa, 1985

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*, Perspectiva, S. Paulo, 1982

_____. *Mitologias*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993

BERGER, P. e T. Luckman. *A Construção Social da Realidade*, Vozes, Petrópolis, 1994

BETTLELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fada*, Paz e Terra, S. Paulo, 2000

CALOIS, Roger. *El Mito y el Hombre*, Fondo de Cultura, México, 1993

CHILLÓN, Albert. *Literatura y Periodismo*, Aldea Global, Barcelona, 1999

COSTA, Miguel S. D. *Sobre a Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur*, Porto, 1995

- DUCH, Lluís. *Mito, Interpretación y Cultura*, Herder, Barcelona, 1999
- _____. *Lectura i Societat*, Separata, Servei de Publicacions, AUB, Barcelona, 2000
- _____. *Mite i Narració*, Separata, Servei de Publicacions, AUB, Barcelona, 2000
- _____. *Simbolisme i Salut*, L'Abadia de Montserrat, Barcelona, 1999
- DURAND, Gilbert. *Mito, Símbolo e Mitologia*, Ed. Presença, Lisboa, 1982
- _____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Martins Fontes, S. Paulo, 1997
- _____. *O Imaginário*, Difel, S. Paulo, 1997
- ECO, Umberto. *Lector in Fábula*, Perspectiva, S. Paulo, 1986
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos*, Martins Fontes, S. Paulo, 1991
- _____. *O Sagrado e o Profano*, Martins Fontes, S. Paulo, 1995
- _____. *Tratado de História das Religiões*, Martins Fontes, S. Paulo, 1993
- GARAGALZA, Luis. *La Interpretación de los Símbolos*, Antropos, Barcelona, 1990
- ISER, Wolfgang. *O Ato de Leitura*, Vol. 1 e 2, Editora 34, S. Paulo, 1999
- _____. *Teoria da Ficção*, UERJ, Rio de Janeiro, 1999
- JUNG, C. G. *Civilização em Transição*, Vozes, Petrópolis, 1993
- _____. *A Vida Simbólica*, Vozes, Petrópolis, 1998
- _____. *Os Arquétipos do Inconsciente Coletivo*, Vozes, Petrópolis, 2000
- LAPLANTINE, François. *O Que é Imaginário*, Brasiliense, S. Paulo, 1996
- LEITE, Lígia. *O Foco Narrativo*, Ática, S. Paulo, 1997
- MOISÉS, Massaud. *Literatura-Mundo e Forma*, Cultrix/USP, S. Paulo, 1982
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e Poder*, Editora da UnB, Brasília, 2002
- _____. *Conflito Político e Geração de Sentido nas Notícias: A Saga do Menino Eliã*, *Cadernos Ceam*, Brasília, Ano II, no. 6, 2001
- _____. *A Notícia como Narrativa Mitológica*, Relatório Técnico CNPq, Brasília, 2001

- REIS, C. e A.C.M. Lopes. *Dicionário de Teoria da Narrativa*, Ática, S. Paulo, 1988
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977
- _____. Com Paul Ricouer, Monte Avila, Barcelona, 2000
- _____. *Tempo e Narrativa*, Tomos I e II, Papirus, Campinas, 1994
- SEARLE, John R. *Mente, Lenguaje y Sociedad*, Alianza, Madrid, 2001
- TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*, Perspectiva, S. Paulo, 1973
- TODOROV, T. e DUCROT, O. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, Perspectiva, S.Paulo, 1977
- TRAQUINA, Nelson. *Jornal-Questões, Teorias, Estórias*, Vega, Lisboa, 1993
- VAN DICK, Teun A. *La Notícia como Discurso*, Barcelona, 1999